

# *A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional*

Jorge GASPAR  
(Universidad de Lisboa)

*Para a Maria José*

Em regra, a cidade medieval portuguesa, quer seja uma herança de períodos anteriores, quer seja uma criação nova, desenvolve-se a partir de uma posição topograficamente saliente, para depois descer para os terrenos menos acidentados. Neste, como noutros aspectos a cidade portuguesa não constitui um caso original no conjunto da cidade europeia. Se o papel defensivo representa um elemento estruturante da evolução da cidade, desde muito cedo, mesmo quando a posição alcandorada ainda era fundamental<sup>1</sup>, o crescimento da massa construída se processa mais em função de factores de natureza económica-funcional, que tendo em conta as necessidades em tempo de confrontação bélica.

A estrutura da cidade portuguesa da última parte da Idade Média, constitui uma herança das inovações urbanísticas romana e muçulmana, apresentando semelhanças e pontos de convergência com as demais cidades ibéricas contemporâneas. Por outro lado, ocorreram em Portugal algumas inovações no domínio do planeamento urbanístico durante o período que estamos a tratar que não têm correspondência no resto da Península Ibérica.

O tipo mais frequente da cidade medieval portuguesa deste período, caracteriza-se pela existência de um núcleo original, fortifica-

---

<sup>1</sup> A situação de *oppidum* começa a perder importância como base defensiva com a expressão da artilharia, que provoca a partir do séc. XVII toda uma nova técnica de defesa dos aglomerados populacionais. Todavia, o simples desenvolvimentos dos subúrbios, envolvendo total ou parcialmente o sistema defensivo da cidade medieval, faz com que por vezes a sua defesa tenha que se processar fora da própria aglomeração, em sistemas defensivos estrategicamente colocados ou em campo aberto.

do, a alcáçova (alcacer ou cidadela), no interior da qual existia o castelo ou sub-sistema defensivo correspondente; este núcleo ocupa a posição topográfica mais saliente, portanto mais facilmente defensável e com ele articulava-se a cidade propriamente dita (a medina, no caso da herança muçulmana), geralmente muralhada, como em Evora, Coimbra, Lisboa, Beja, Santarém e muitas outras.

É na cidade inicial que se vão instalar os novos senhores, após a expulsão dos muçulmanos, tendo na primeira fase especial ênfase o papel da igreja e da nobreza. Os traçados dessas cidades variam, podendo apresentar ainda vestígios do antigo urbanismo romano, como Evora ou Santarém, ou desenvolver-se segundo padrões aparentemente mais anárquicos, heranças quer da acção dos muçulmanos, quer do crescimento lento e natural, típico da cidade medieval europeia do período intermédio da Idade Média. Nestes casos observa-se uma relação mais estreita entre a topografia e o desenvolvimento da estrutura morfológica. Do ponto de vista funcional é por vezes possível detectar dois aspectos de maior interesse; por um lado, a valorização de espaços abertos, propícios á eclosão de manifestações comerciais, caso dos largos junto da alcácer ou da catedral e, por outro lado, a maior densidade de unidades de comércio e artesanato ao longo dos eixos viários de comando, em geral aqueles que levam ás portas principais. Na maior parte dos casos esta situação resume-se a um só eixo, muitas vezes herança de um caminho pré-urbano, que atravessa a cidade e se prolonga para fora, já como caminho rural, é a chamada rua Direita (ou rua *directa*), que enquanto elemento urbano atrai actividades de tipo variado, constituindo com os largos a que fizemos referência, os locais de contacto entre as populações urbana e rural. Aquelles largos são lugares de mercado, por vezes —nos centros de maior dimensão, já com carácter especializado. Com o desenvolvimento das cidades o papel funcional destes dois elementos da estrutura morfológica, largos e ruas, migram para a periferia, para os arrabaldes, que se desenvolvem para lá dos núcleos urbanos iniciais.

Após a reconquista, e com particular relevo a partir de meados do século XIII (*fim da Reconquista em Portugal*) dá-se um extravasamento da cidade primitiva, a partir das suas portas —são os arrabaldes. Estes assumem diferentes características, tanto do ponto de vista físico, como funcional, social e até racial. Uma aglomeração tanto poderia ter vários arrabaldes, como apenas um, dependendo da sua importância; Fernão Lopes na *Crónica del Rei D. Fernando*, por exemplo, refere-se ao «arrabalde» de Palmela e ao «arrabalde» de Almada. Note-se que esta dinâmica poderia já existir antes da Reconquista, nos casos das cidades mais desenvolvidas, como por exemplo em Coimbra, onde já ocorrera um crescimento de um arra-

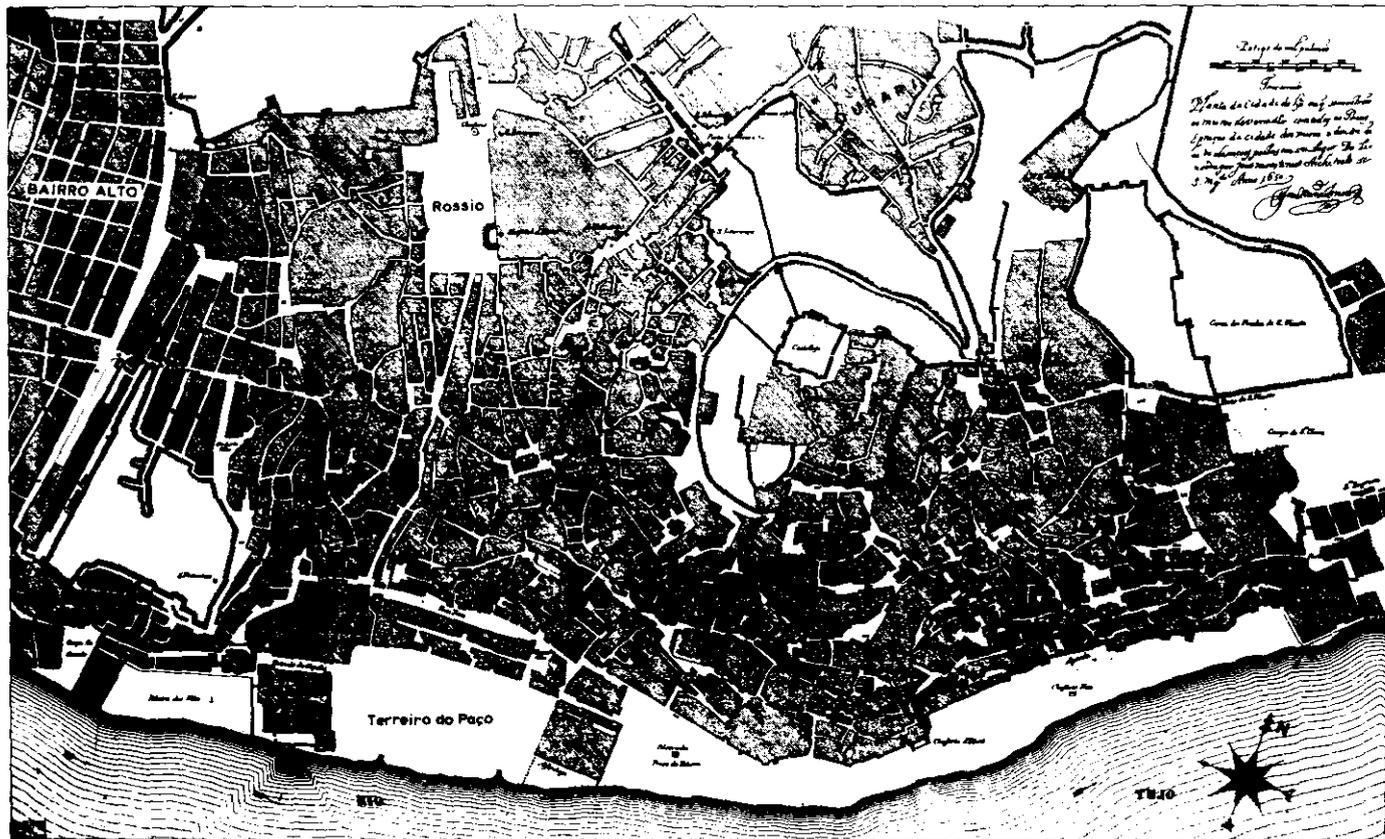


FIG. 1.—Planta de Lisboa - 1650. Note-se a muralha Fernandina, Alcaçova, Castelo e restos de muralha pre-portuguesa. A oriente, o arrabalde muçulmano de Alfama; a Ocidente, a Baixa, onde se concentrava o comércio e o artesanato. Fora da muralha Fernandina, a Ocidente, a expansão planeada do Século XVI (Bairro Alto).

balde entre a porta principal da parte baixa e o rio Mondego, e, com maior expressão em Lisboa. Na futura capital do país, quando da sua conquista pelos cristãos (1147) já existiam dois arrabaldes, um a leste (Alfama) e outro a oeste (a futura Baixa); o primeiro habitado por trabalhadores mais ligados ao mar (pescadores, marítimos, exploradores de ouro nas areias do Tejo — os adiceiros) e o segundo por comerciantes, artesãos e, na periferia norte, por gente ligada á agricultura. Em qualquer destes dois arrabaldes de Lisboa o traçado viário apresentava as características típicas de cidades muçulmanas (hierarquia viária, especialização funcional e ausência de geometrismo), ainda hoje patentes no bairro de Alfama, que não sofreu, como a Baixa, uma transformação radical após o terramoto de 1755 (fig. 1).

No que respeita a diferenciação racial dos arrabaldes ou subúrbios<sup>2</sup>, ocorrem, como noutras áreas da Península, dois tipos: as Mourarias e as Judiarias. As primeiras são consequência da Reconquista e vão geralmente instalar-se em locais menos atractivos tanto do ponto de vista ambiental (clima, topografia), como funcional (afastados dos principais acessos á cidade); em Lisboa, por exemplo, a Mouraria instala-se no fundo de um vale, pouco insolado, a norte da Alcáçova. Também em Évora a Mouraria se vai instalar a norte, precisamente em oposição aos novos arrabaldes «burgueses» da Judiaria e da Vila Nova. Já em Moura, centro alentejano de menores dimensões, a Mouraria se instala em contiguidade com a expansão do aglomerado para fora das muralhas, ou seja no conjunto que deveria constituir o único arrabalde. Em Lisboa, a nova muralha da segunda metade do século xiv (Cerca Fernandina) deixará fora do seu perímetro a Mouraria para que a Alcáçova pudesse ser mais facilmente defensável, isto apesar de os seus moradores terem sofrido com o ataque de D. Henrique de Castela, em 1373 como refere Fernão Lopes, na *Crónica de D. Fernando*, cap. 73: «Os mouros forros do arrealde foramse todos com seus gasalhados pera o curral dos coelhos, junto com a fortaleza dos paços delRei, que he em um alto monte ali estavam em tendilhões acoutados por sua defenssom».

Em Elvas, reconquistada definitivamente em 1230, a Mouraria é erguida entre a Porta Nova e a porta da estrada de Badajoz, num terreno que foi objecto de aforamento colectivo em 1270. Nesta cidade o rei também promoveu a expansão de um arrabalde cristão, á porta que dava acesso a Badajoz, para o que concede vários aforamentos a partir de 1262, acção continuada no reinado seguinte.

Nem todos os mouros residentes em cidades (Ravara, 1967, pp. 56-

<sup>2</sup> Preferimos o termo arrabalde, de origem árabe. Subúrbio na terminologia medieval portuguesa tinha um sentido mais amplo, podendo corresponder por vezes a núcleos muito afastados da cidade (cfr. GAMA BARROS, 19, XI, p. 19).

58 e 169-170) viviam em mourarias; nalguns casos o número reduzido de muçulmanos não justificava um bairro próprio. Por outro lado, a propriedade no interior das mourarias não era exclusivo dos seus habitantes, como se vê neste caso muito curioso: D. Isabel, mulher de D. Dinis, tinha uma moura, Fátima «moura da rainha», a quem o rei doa uma casa no «arrabalde dos mouros» (Ravara, 1967, p. 153).

As mourarias tinham a sua administração própria e a sua população gozava de certa autonomia, mormente de costumes e religião. Nas suas actividades tinham certo peso o artesanato, mas a agricultura era uma função muito importante, por vezes largamente dominante. No caso de Lisboa, a Mouraria localizava-se junto da principal mancha de hortas que abastecia a cidade. Nesta mouraria era também significativa a actividade dos oleiros.

Enquanto os bairros dos muçulmanos se limitam às cidades meridionais, as judiarias ocorrem também no norte do país. Estes bairros já existiam anteriormente á Reconquista, mas tiveram um papel de realce nas acções de reorganização do espaço empreendidas nos primeiros séculos da monarquia portuguesa. Os judeus terão com frequência ocupado os lugares deixados pela população artesanal e mercantil muçulmana que abandonou o território, desempenhando assim um papel semelhante ao dos Francos<sup>3</sup> noutras áreas da Península — ao longo do caminho de Santiago, por exemplo.

Ao contrário das mourarias, as judiarias<sup>4</sup> ocupavam geralmente posições privilegiadas do ponto de vista funcional, adjacentes ao núcleo de maior densidades comercial ou correspondendo-lhe mesmo. Em Barcelos, pequena cidade condal do Entre Douro e Minho, á judiaria correspondia a Rua dos Mercadores, numa posição bastante central. Em Evora a judiaria desenvolve-se a partir do novo centro de gravidade da cidade, constituindo peça fundamental do novo dinamismo que se lhe imprimiu a partir do século XIII. Em Lisboa, a judiaria grande estendia-se na continuação do centro comercial da cidade, junto do que foi até ao início do século XIV o principal eixo activo do arrabalde ocidental — Rua dos Mercadores. Mas em finais do século XIII esta judiaria era insuficiente aparecendo uma próxima do local da feira (o Rossio), mas que o rei D. Dinis faz logo deslocar para a extremidade da nova extensão comercial que ele pró-

<sup>3</sup> Para Portugal são atraídos muitos francos e flamengos durante o início da monarquia, mas constituem fundamentalmente colonos agrícolas, que se instalaram sobretudo no território a norte de Lisboa (Província da Estremadura).

<sup>4</sup> A segregação, apesar do agravamento de legislação no século XIV, não é rigorosa. Os judeus podiam viver na judiaria e ter tendas fora ou viver mesmo fora do bairro que lhes estava consignado, como acontecia, por exemplo, na Guarda e em Lisboa. Por outro lado, as casas da judiaria não eram necessariamente propriedade de judeus, o próprio rei tem aí casas que aluga a judeus (cfr. RAVARA, 1967, p. 133, e PRADALIÉ, 1975, pp. 78-80).

prio promoveu ao mandar abrir a Rua Nova, que viria a ser o principal eixo comercial da cidade. Mais tarde, no século XIV, é ainda criada uma pequena judiaria, no arrabalde de Alfama. Pouco depois as três judiarias eram insuficientes e nas cortes de Lisboa de 1438 o concelho de Lisboa comunica-o, tendo o então regente D. Pedro mandado que os judeus se instalassem fora de muros, a norte, mas que não constituíssem nenhuma judiaria.

Mourarias e judiarias não tinham qualquer sistema defensivo particular, embora pudessem ter uma porta, o que trazia problemas, sobretudo para as segundas, devido á frequente animosidade por parte dos cristãos, que por vezes se convertia em assaltos e saques. Na cidade de Leiria, no século XIV era costume os cristãos saquearem a judiaria nos dias de 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> feira santas, o que foi interditado por D. Fernando. Em Lisboa ficou memorável o grande assalto de 1449, em que os cristãos além de roubarem, mataram muitos judeus; vários cristãos foram condenados, mas logo um ano volvido o rei concedeu um perdão colectivo (H. B. Moreno, 1976).

Nas extensões urbanas desenvolvidas a partir do núcleo primitivo e habitadas pela população cristã, ocorrem diferenciações funcionais e sociais, em particular nas aglomerações mais importantes. Aos sectores de maior densidade comercial correspondiam também os estratos sociais mais elevados, ocupando posições centrais; pelo contrário, na periferia ou junto de áreas já degradadas (por exemplo junto das mourarias) instalavam-se os estratos mais débeis, por vezes em coincidência com actividades mais poluentes e degradadoras do ambiente, como a indústria dos curtumes ou as cerâmicas (olarias). Logicamente é nestas mesmas áreas que aparecem os bairros ou ruas de prostituição (as «mancebias» ou «putarias»).

O arrabalde ou bairro comercial e burguês acabava por transformar-se no centro de gravidade do aglomerado, constituindo o seu eixo principal a rua mais importante da cidade, com designações que variam — Rua Direita, Rua dos Mercadores, Rua Nova e outras. Este novo núcleo activo fazia, por um lado, a articulação com a cidade primitiva e, por outro lado, com a área rural envolvente, uma das suas razões de ser. Esta articulação processava-se geralmente num largo, que correspondia muitas vezes a terreno comunal (o rossio ou a devesa); o largo periférico, que fazia a ligação com o mundo rural era o local do mercado periódico, semanal nas aglomerações mais importantes, onde se realizavam as trocas entre as populações rurais e as populações urbanas. Estes espaços acabam por desempenhar papel semelhante ao da Plaza Mayor da cidade espanhola, embora muito raramente tenham um tratamento urbanístico-arquitectónico idêntico.

Por seu turno, os outros arrabaldes ou bairros tinham uma organização funcional própria, com as suas igrejas, os seus largos e

também um eixo principal, frequentemente chamado Rua Direita, designativo a que se acrescentava o nome do bairro ou arrabalde.

As cidades medievais portuguesas não se expandiram sempre em continuidade física com o núcleo original, embora fosse esse o padrão dominante. Um aspecto saliente da cidade de então era o aparecimento de conventos ou mosteiros suburbanos que constituíam focos aglutinadores de povoamento periurbano que nos casos das urbes mais dinâmicas acabaram por ser envolvidos pela onda das construções, constituindo muitas vezes descontinuidades físicas no tecido urbano.

Poderia ainda acontecer que, por razões topográficas e necessidades funcionais, os arrabaldes ficassem afastados do núcleo principal, como na Ribeira de Santarém, porto fluvial (que até ao século XIV recebia os barcos do alto mar) que servia a importante aglomeração urbana de Santarém; este arrabalde concentrava actividades de transportes, armazenagem, comércio grossista e a retalho. Santarém, uma das principais urbes medievais portuguesas que não conseguiu o título de cidade, era constituída por 4 núcleos: a Alcáçova, Marvila — a parte alta muralhada, equivalente à *medina*; a Ribeira, arrabalde portuário, junto ao rio, que devido à topografia muito acidentada nunca se uniu ao núcleo principal; Alfange, arrabalde essencialmente de rurais.

Outro aspecto relevante nalgumas aglomerações do norte do país, onde o hiato de vida urbana foi mais nítido por ausência do domínio muçulmano longo e permanente, é o de cidades que se organizam por aglutinação de núcleos distintos, especializados funcional e/ou socialmente, que também podem corresponder a momentos diferentes da formação do organismo urbano. Em Viseu, por exemplo, existiam no século XII dois pontos de desenvolvimento, «duas cidades» — a cidade alta e a cidade baixa, as duas constituindo a *cidade velha*, que a muralha romana circunscrevia, deixando vazios no seu interior (A. Girão, 1825, pp. 47-48); com o tempo estes dois núcleos fundiram-se e deu-se a expansão em mancha contínua. Em Lamego, uma descrição de 1531, também sugere a existência de descontinuidade e mesmo independência de três núcleos, quer do ponto de vista físico, quer funcional e social: «... está o asento dela mui mal concertado, a saber: a asento das vivendas, dado que esté em bom sítio, por que está em tres bairros, hũa e a principal vivenda da praça, onde acudem todas as mercadorias, e vivem os mercadores, e onde he o trato todo, e onde está a audiência, e relaçam sobrella, e pousam as justiças seculares. Outro he o bairro da Sé, que d'antiguidade se soia chamar o couto da Sé, por que era dos bispos, onde vivem os conegos, e beneficiados, e outras nobres pessoas; Onde estam os paaços de vossa senhoria [o bispo], e com o femoso jardim, e grande terreiro, e cêr-

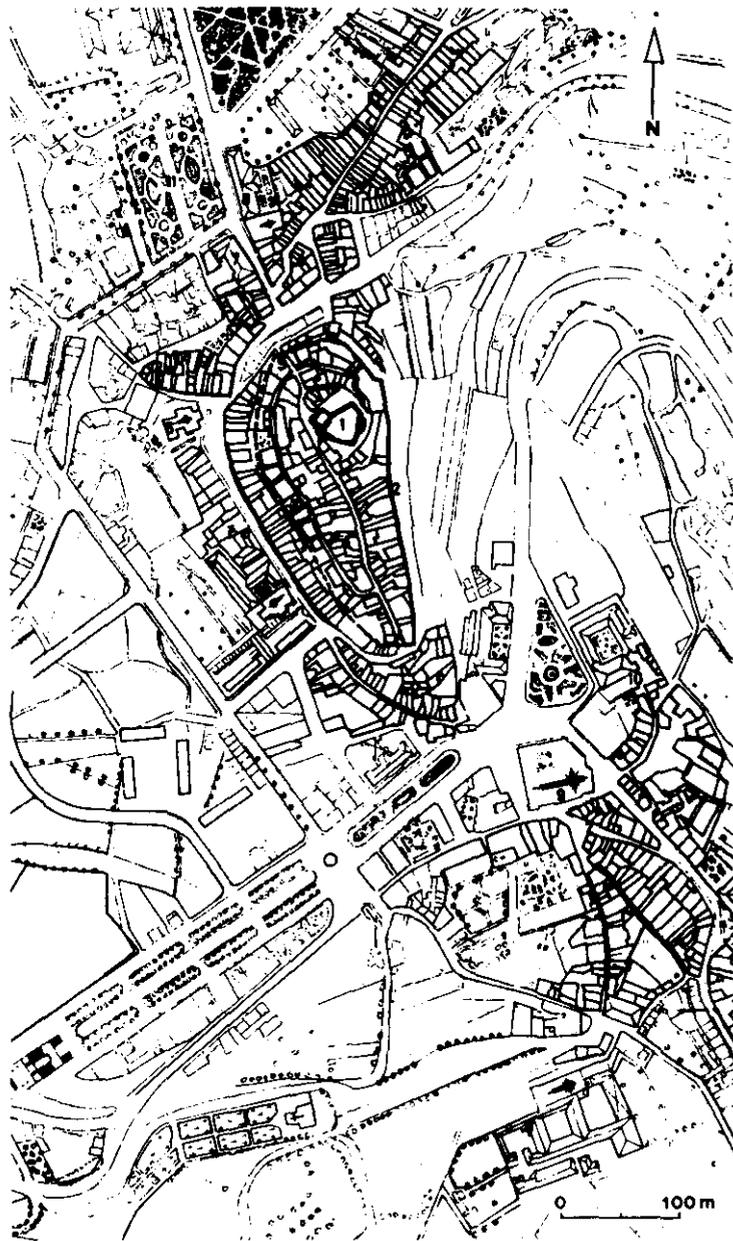


FIG. 2.—LAMEGO. O Nucleo central muralhado («cidade-fortaleza»); a Norte o arrabalde comercial da Idade Média («cidade-burguesa») e a Sul o arrabalde da Sé («cidade-bispado»). 1. Castelo.—2. Muralha.—3. Cisterna.—4. Porta do Sol.—5. Porta dos Fogos.—6. Igreja de Almacave.—7. Casa senhorial.—8. Paços do Concelho.—9. Sé.—10. Paço Episcopal. (Adaptado de *Guia de Portugal*.)

co de muro que vossa senhoria mandou fazer... ha outro bairro em mêo destes em mais alto, onde esta a fortaleza desta cidade, em que morarão cincoenta vizinhos...». Separavam-se assim a cidade-fortaleza, a mais decadente, a cidade-bispado e a cidade-burguesa (figura 2).

Mais a norte, no Entre-Douro e Minho, Guimarães, que teve no início da nacionalidade o papel de residência real mais frequente, expande-se pela aglutinação da vila velha, junto ao antigo núcleo acastelado, e de vários núcleos organizados em torno de institutos religiosos e a que também correspondiam diferenciações sociais. A cerca, da segunda metade do século XIII, tem uma forma bastante alongada segundo o eixo maior, decorrente da necessidade de englobar os diferentes núcleos urbanos. Esta forma de crescimento explica ainda o traçado viário muito irregular que se detecta intramuros, já que o processo de desenvolvimento não poderia ter permitido uma acção de planeamento como se observou noutros casos (figs. 3 e 4).

Na maior parte das cidades portuguesas as expansões a partir do núcleo primitivo não obedecem a qualquer intenção de planeamento, desenvolvendo-se em função de antigos caminhos rurais de acesso à urbe, apresentando por isso muitas cidades de então uma estrutura radial a partir das entradas primitivas. No entanto, nalguns casos, particularmente em Évora e em Lisboa, cidades mais dinâmicas no período que estamos a tratar, são frequentes as situações de desenvolvimento urbano planeado, pelo menos desde o século XIII e provavelmente já no século XII; a maior tradição urbana, romano-muçulmana, do sul do país também explica a maior preocupação no tratamento das aglomerações urbanas.

O aparecimento de Norte a Sul de traçados geométricos dos novos centros equivalentes às «bastides», têm um significado distinto, já que correspondem a iniciativas reais, onde portanto a ordem dimana de um foco, ao qual não eram estranhos os princípios do planeamento urbanístico (J. Gaspar, 1969). Note-se que também noutras cidades e com mais insistência em Lisboa, muitas das iniciativas urbanísticas pertenceram ao rei, que interveio não só como inovador e coordenador, mas ainda como promotor e até como especulador imobiliário e fundiário.

De facto, a partir de meados do século XIII, o rei Alfonso III intervem activamente no mercado imobiliário<sup>5</sup> da que se tornava a capital do reino, mostrando particular interesse pela área central de comércio, o arrabalde da Baixa. O seu sucessor, D. Dinis, activa este processo,

---

<sup>5</sup> É significativo o papel dos reis no mercado imobiliário das cidades. Alfonso III e D. Dinis, em especial este, efectuam muitas transacções em várias aglomerações urbanas: Évora, Santarém, Elvas, Guimarães, Guarda, Faro, Coimbra e Leiria, apresentam os maiores quantitativos (RAVARA, 1967).

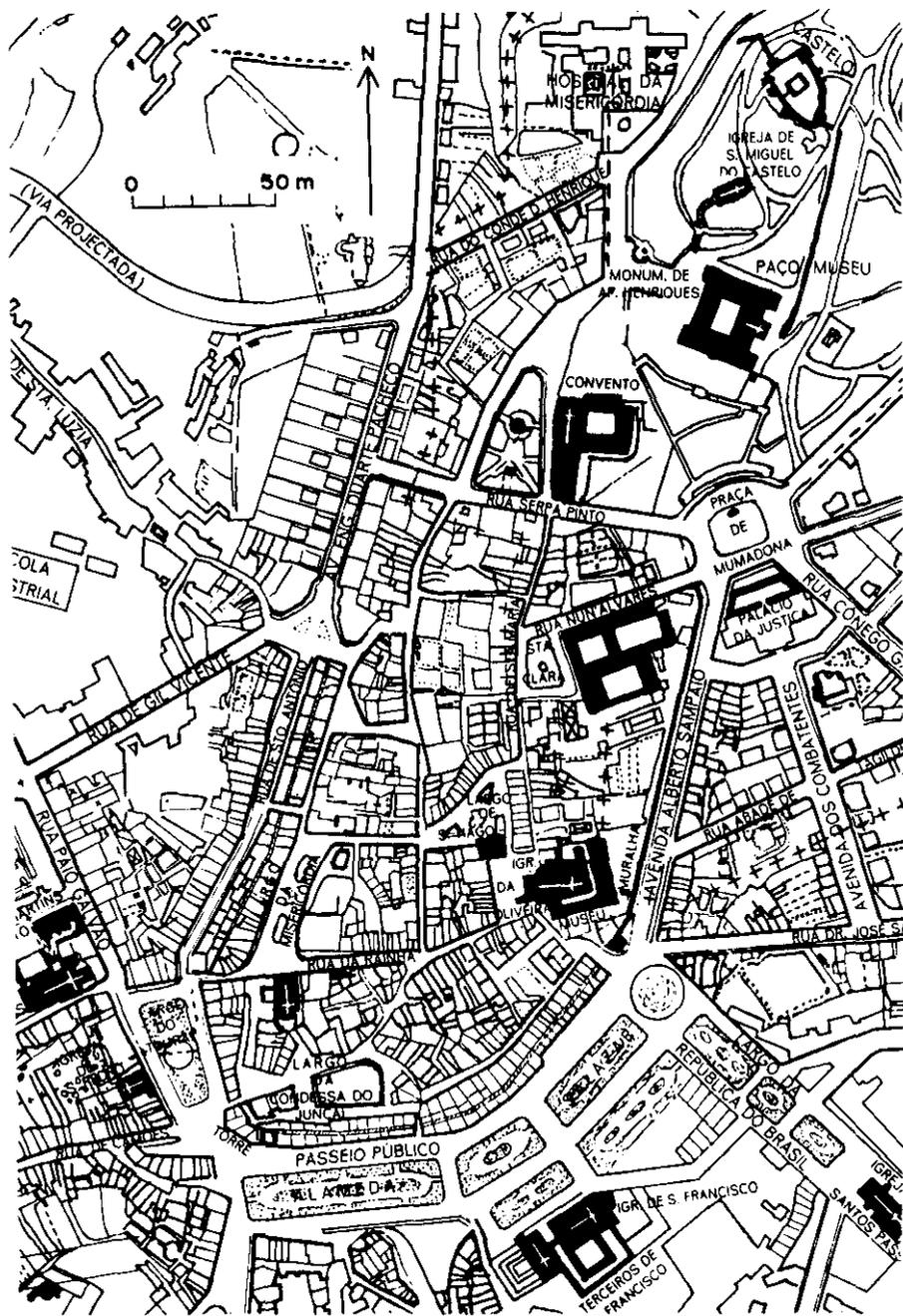


FIG. 3.—GUIMARAES. O núcleo medieval na actualidade. (Extraído de *Guia de Portugal*.)



cional da cidade. A Rua Nova, com mais de 30 palmos de largura (três vezes mais que as mais largas da cidade) será em breve o principal eixo da urbe, local de comércio, residência dos grandes burgueses e passeio dos lisboetas, papel que desempenhará até ao terramoto de 1755. Próximo da sua extremidade ocidental cria D. Dinis, como vimos, uma nova judiaria, o que é bastante significativo, e o rei intervém muito activamente na promoção imobiliária da nove extensão urbana.

Durante os reinados de D. Afonso III (1248-1279) e D. Dinis (1279-1325) os reis transaccionam, em Lisboa, 168 tendas, 136 fracções de tendas, 68 casas, 16 fracções de casas e 8 terrenos; as tendas e fracções de tendas concentram-se em duas freguesias (Madalena e S. Nicolau) que correspondem à área central do arrabalde da Baixa (Rayara, 1967, p. 42). As construções eram geralmente de um só piso, embora as de dois pisos (sótão + sobrado ou loja + sobrado) fossem aumentando, mormente na área comercial; segundo se pode concluir de dois documentos de 1276 é provável que em Lisboa já existissem casas de 3 pisos, em que o primeiro correspondia a tendas. A população de Lisboa nos fins do século XIII seria de cerca de 10.000 habitantes (Pradalié, 1975, p. 78). No conjunto do país no século XIII apenas as principais aglomerações, como Lisboa, Évora e Santarém, tinham casas de 2 pisos.

A expansão ribeirinha lançada por D. Dinis relaciona-se com o incremento da actividade marítima e comercial, mormente a que se articula com a Europa Média, Setentrional e Mediterrânea, não parando de ser esse o sentido do crescimento da massa urbana da capital, que se faz frequentemente de forma planificada.

É assim que logo no reinado seguinte, em 1329, D. Afonso IV doa à Câmara de Lisboa o terreno (onde se secava o pescado) que se seguia, para ocidente, ao limite da área desenvolvida por D. Dinis, para que a edilidade aí construísse casas, mas «ental gissa q ssejam as ruas be espaçosas, q possam as gentes pr elas andar e cavalgar ssem embargo, e q lexem grande espaço antre as casas e as taracenas; out.ºssy ffazede q lexem contra o mar espaço tam grande, pr q possam andar as gentes e ffolgar, assi como virdes q cumpre aa tal logar como esse» (E. F. Oliveira, I, pp. 97-98).

No que respeita à política urbana em Lisboa, embora menos activo, D. Afonso IV (1325-1357) segue a linha do seu antecessor, transaccionando 59 tendas, 125 casas, 10 sótãos, 14 sobrados, 11 fracções de tenda, 2 casarios e 2 terrenos. Estes prédios localizavam-se quase exclusivamente nas freguesias da Madalena e de S. Julião e dentro destas a maior concentração verificava-se na Rua Nova; e nos dois reinados anteriores o lugar de S. Julião era ocupado por S. Nicolau, freguesia a norte (interior) da Rua Nova —vê-se assim como resultou o novo rumo que D. Dinis quis dar ao desenvolvimento da cidade. Note-se

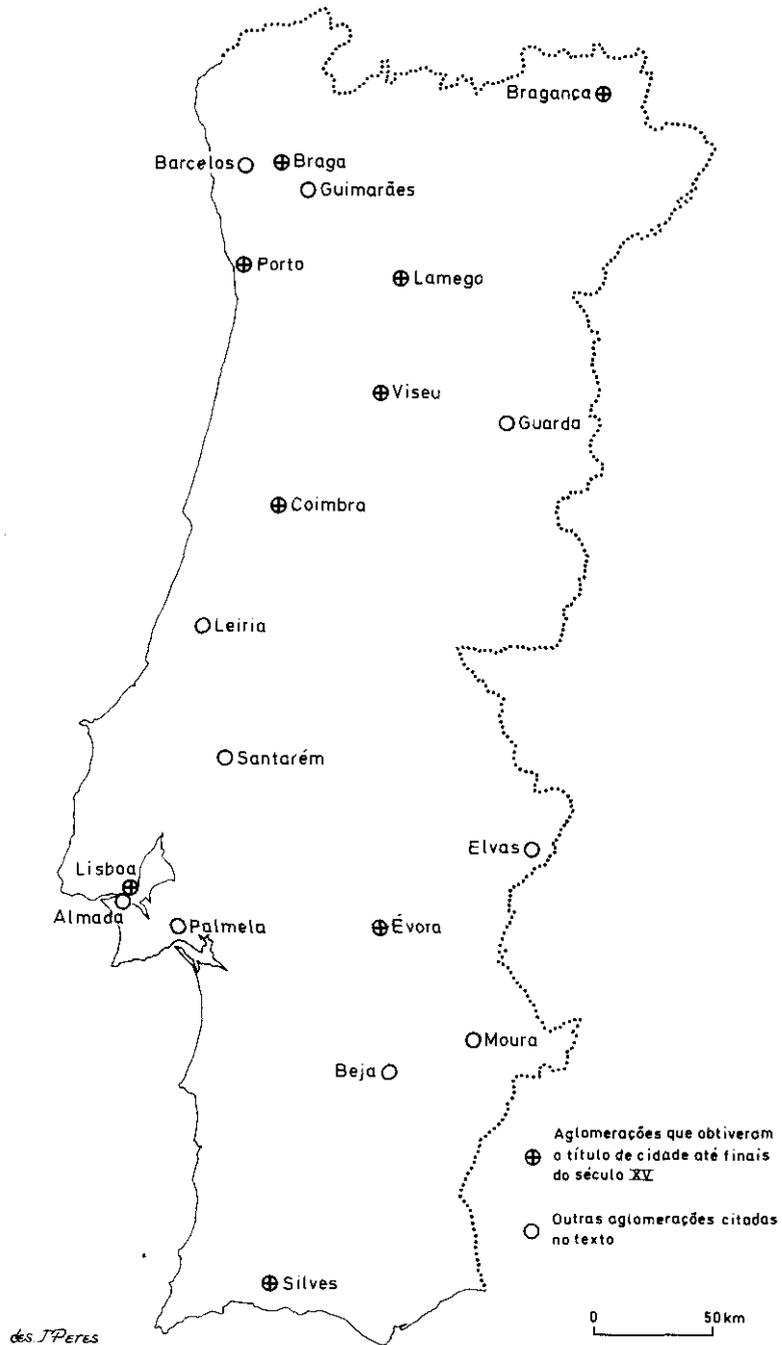


FIG. 5

ainda que com Afonso IV ocorre um elevado número de aforamentos a judeus, precisamente na judiaria Nova (S. Julião) e sempre de sótãos e sobrados (Elementos obtidos por Guimarães, Falcão e Ferreira, para o Seminário de História Medieval dirigido por Maria José Lagos Trindade na Faculdade de Letras de Lisboa, 1977-1978).

Nos anos 80 do século XIV, já construída a nova muralha da cidade, esta crescia novamente para poente, ao mesmo tempo que ia ocupando espaços vazios no interior da cerca, mormente a norte da Baixa; mas é significativo o aparecimento junto ao rio, a ocidente, de uma *Vila Nova*, Vila Nova de Gibraltar, que elementos posteriores nos mostram habitada predominantemente por população ligada às actividades marítimas. Seguir-se-ão novas expansões do mesmo tipo, que culminarão em meados do século XVI como maior bairro planeado até então construído no país, a Vila Nova de Andrade, o actual Bairro Alto: estabelecido segundo um padrão viário geométrico, obedecendo aos mesmos princípios do urbanismo do fim da Idade Média.

Como dissemos, é em Évora, cidade em expansão desde a Reconquista, que encontramos o melhor paralelo com Lisboa no que respeita o crescimento urbano planificado. Podemos mesmo dizer que neste capítulo a capital do Alentejo constitui um modelo registando acções planeadas que vão desde o fim do século XII ou início do XIII até ao século XVI, altura em que se observa a sua decadência. Assim, ao contrário de Lisboa, a própria mouraria de Évora obedece, como vimos, a um traçado geométrico, o mesmo se passando com a judiaria. Junto a esta e igualmente articulado com o novo centro cívico-social (a actual praça do Giraldo) desenvolve-se a *Vila Nova*, obedecendo aos mesmos princípios urbanísticos.

A expansão urbana que se observa a partir do século XIII vai obrigar à construção de novas muralhas de protecção. Neste capítulo temos dois grandes momentos, o reinado de D. Dinis (1279-1325) e a segunda parte do de D. Fernando (1367-1382), após os fracassos das guerras que sustentou com Castela e que mostraram, por um lado, a importância das cidades na defesa do país e, por outro lado, a sua fragilidade sempre que não estavam devidamente protegidos. Enquanto D. Dinis, se preocupou sobretudo em estruturar a rede urbana do país, muralhando os novos centros (criados ou recriados) e aqueles que não dispunham de qualquer cerca, D. Fernando promoveu fundamentalmente a protecção das aglomerações onde o crescimento, geralmente a partir de núcleos muralhados já existentes, tinha sido mais assinalável: Lisboa, Évora, Porto, entre outros. Na maior parte dos casos as cercas fernandinas que englobavam sempre extensos terrenos rurais ficaram como as últimas defesas de tipo medieval; o período seguinte de grande construção de baluarte, será o que corresponde à Guerra da Independência com a Espanha (1640-1667) em que se cons-

tróem de norte a sul, com maior densidade ao longo da fronteira (terrestre e marítima), numerosas linhas de defesa do tipo Vauban que em muitos casos vão retomar as muralhas fernandinas, mormente no interior do país, onde se verifica a estagnação a partir de século XVI.

#### TRABALHOS CITADOS

- FERNANDES, Rui: *Tratado ... de Compasso de duas legoas a redor da cidade de Lameguo...*, «Inéditos de História Portuguesa», V, Lisboa, 1824.
- FERNÃO LOPES: *Crónica de D. Fernando*, Barcelos, 1966.
- GAMA BARROS, H.: *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 1.ª ed., Lisboa, 1885-1922, 4 vols.; 2.ª ed., Lisboa, 1945,1950, 11 vols.
- GASPAR, J.: *A Morfologia urbana de Padrão Geométrico na Idade Média*, «Finisterra», IV, 8 (Lisboa, 1969), pp. 198-215.
- GIRÃO, A.: *Viseu - Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra, 1925.
- MORENO, H. B.: *Tensões Sociais em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1976.
- OLIVEIRA, E. F.: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1887-1911, 17 vols.
- PRADALIÉ, G.: *Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Lisboa, 1975.
- RAVARA, A. P.: *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação de Licenciatura, Pol. Faculdade de Letras de Lisboa, 1967.